O LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

DAIANE SANTOS MENEZES LUCAS

Resumo:

A Educação de Jovens e Adultos representa a oportunidade de escolarização para aqueles que por algum motivo não tiveram acesso ao conhecimento e retomam em busca de mudanças em suas vidas, após longos períodos de oportunidades negadas. No entanto, é comum que grande parcela desta população não conclua os estudos na modalidade da EJA. Neste sentido, o presente estudo teve como objetivo estudar como o letramento pode contribuir com os alunos da Educação de Jovens e adultos. A pesquisa foi realizada a partir de artigos científicos das bases de dados Scielo e Google Acadêmico. Os resultados evidenciaram a necessidade de um trabalho direcionado, que contemple verdadeiramente a demanda. Assim, concluiu-se que a proposta que corresponde o público-alvo é a de letramento, considerando que trabalha a partir do contexto social do aluno, oportunizando o pensamento crítico, reflexivo e visão de mundo, tornando-o autor de sua própria história.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Evasão Escolar. Letramento.

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos – EJA é uma modalidade de ensino garantida pela legislação, que permite viabilizar e dar oportunidade aos jovens e adultos de retornarem aos estudos, considerando a falta de acesso à escola no tempo regular, por motivos diversos que serão elucidados ao longo da pesquisa.

A EJA surgiu no contexto das inúmeras tentativas de erradicação do analfabetismo, pois entende-se que a partir desta modalidade de ensino é possível transformar a vida daqueles que abandonaram a escola para trabalharem na fase da infância e, por isso, não sabem ler e escrever adequadamente.

Conforme foram surgindo os movimentos para a erradicação do analfabetismo, foram observados também jovens e adultos abandonando esta nova oportunidade, ainda que entendam o quão importante é concluírem os estudos.

Dessa forma, o presente estudo parte da necessidade de compreender a Educação de Campo na perspectiva de como o letramento pode contribuir com os alunos da Educação de Jovens e adultos visando encontrar ferramentas adequadas para suprir verdadeiramente esta demanda da sociedade que possui um déficit e precisa se desenvolver plenamente.

Acredita-se que estes alunos precisam ser ativos e interessados no processo educativo, e sabe-se que não é uma missão fácil, considerando que são pessoas que trabalham, mulheres do lar, jovens repetentes e etc. e é por isso que se faz necessário apresentar abordagens pedagógicas que o aluno se torne capaz de estabelecer conexões entre o mundo externo e a escola.

Este trabalho visa despertar um olhar diferenciado sobre as práticas pedagógicas trabalhadas na EJA, principalmente sob a perspectiva da formação de cidadãos críticos, reflexivos e com visão de mundo, embasado em pesquisas realizadas a partir de artigos científicos das bases de dados Scielo e Google Acadêmico, literatura com autores renomados como Paulo Freire, Sergio Haddad, Maria Clara Di Pierro e Magda Soares.

2.1 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos - EJA, é uma modalidade de ensino garantida pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, que tem como objetivo proporcionar a formação escolar aos jovens e adultos gratuitamente, que por motivos diversos não conseguiram concluir o ensino fundamental ou médio em idade apropriada.

O projeto da EJA vem de políticas antigas, porém somente em 1996 que ela foi regulamentada na LDBEN pela – Lei 9.394/96, art. 37, na qual deve considerar que o cidadão da modalidade tenha direito à gratuidade do ensino com oportunidades educacionais apropriadas, levando em consideração os interesses e o histórico de vida do aluno, ou seja, este tem que ser inserido em um contexto mais próximo a situação de sua vida, integrando o conteúdo e a realidade ao ensino aprendizagem. Já em 2000 foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, homologadas em junho de 2000, no qual estabelece que:

Art. 1º Esta Resolução institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos a serem obrigatoriamente observadas na oferta e na estrutura dos componentes curriculares de ensino fundamental e médio dos cursos que se desenvolvem, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias e integrantes da organização da educação nacional nos diversos sistemas de ensino, à luz do caráter próprio desta modalidade

de educação. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇAO, 2000, p. 1).

O objetivo da regulamentação da Educação de jovens e adultos é erradicar o analfabetismo no Brasil, e os projetos para a alfabetização/escolarização visam suprir a demanda de indivíduos que, por vários motivos, deixaram de frequentar a escola.

O primeiro movimento foi o MEB (Movimento de Educação Base), que foi oficializado em 21 de março de 1961, pelo decreto nº 50.370 e existe até o momento, o programa está vinculado ao Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), uma iniciativa da igreja Católica em conjunto com o governo federal, como uma tentativa de erradicar o analfabetismo. As aulas eram transmitidas as escolas radiofônicas, no intuito de promover a conscientização dos educandos em relação às organizações da classe rural e desenvolvimento da comunidade para despertar neles um interesse por melhorar a sua qualidade de vida, segundo a afirmação de Machado e Marques (2015, p. 166).

[...]seu objetivo consistia em desenvolver uma ação educativa, com base em um discurso cristão e humanista, voltado para a politização dos trabalhadores rurais, procurando-lhes mostrar a necessidade de promoverem mudanças estruturais na sociedade brasileira, a fim de que elas possibilitassem uma melhoria nas suas condições de vida" (de MACHADO, MARQUES, 2015, p.166).

Machado e Marques (2015) também afirmam que os projetos desenvolvidos pelo MEB foram de extrema importância, conforme a mobilização da população da zona rural e dos grandes centros urbanos foi surgindo grupos de alfabetização de educação popular, que foi estruturada de acordo com a condição real dos educandos e qual a importância de cada um na sociedade, mas com o golpe militar o MEB foi um dos poucos programas que continuou em vigor (por estar vinculado a CNBB), porém com modificações bem bruscas em relação às primeiras atividades.

Em 1966 o programa encerrou-se em alguns estados devido à forte pressão do governo militar. Mas anos mais tarde, por volta de 1970 o MEB concentrou o processo de alfabetização nas regiões Norte e Nordeste.

Já o movimento seguinte, idealizado e direcionado por Paulo Freire com o apoio da gestão de Miguel Arraes, o MCP (Movimento de Cultura Popular) surgiu em 1960, no estado de Recife, e o ideal da campanha era criar escolas para o povo, alfabetizando e elevando o nível cultural dos mesmos e criando novas estruturas de ensino, porque para Paulo Freire as estruturas utilizadas na educação de jovens e adultos era a mesma utilizada para a alfabetização das crianças, o que podemos considerar pedagogicamente incorreto. Neste sentido, Freire (2011, p. 170) afirma que: "[...] para que a alfabetização ganhe significado, deve ser situada dentro de uma teoria de produção cultural e encarada como parte integrante do modo pelo qual as pessoas produzem, transformam e reproduzem o significado . No entanto, conforme Haddad e Pierro (2000) citam, devido ao Golpe Militar no ano de 1964, os movimentos educacionais e culturais foram censurados, inviabilizando a continuidade das propostas.

No respectivo ano foi criado o programa CPC (Centros Populares de Cultura) que trabalhava na mesma finalidade, trazer a cultura como artes, música e história para aprimorar o conhecimento da sociedade tornando um povo mais crítico, e pelo mesmo motivo do MCP o programa chegou ao fim em 1964. (HADDAD E PIERRO, 2000).

O Mobral, por sua vez, foi criado em 1967, por meio da lei nº 5.379 e extinto em novembro de 1985, onde o novo programa Fundação Educar passou a vigorar. O Mobral veio com a promessa de erradicar em dez anos o analfabetismo no país, que era considerado como uma vergonha nacional, pois estimava-se que 40 da população era analfabeta, mas o programa era regido pelos militares que mantinha uma forte "centralização das orientações do processo educativo" (SOUZA,2012, p.14), ou seja, mantinham o poder do programa de alfabetização no que diz respeito ao que era repassado aos educandos, desconstruindo os métodos freirianos.

Na década de 1970, baseada na lei nº 5.692, foi regulamentado a introdução do ensino supletivo no ensino regular, sendo de 18 anos a idade para os exames para conclusão do ensino de primeiro grau e 21 anos para o segundo grau. Em 1985 foi excluído o MOBRAL dando espaço para a Fundação Educar que estava vinculada com o MEC e tinha apoio financeiro das prefeituras municipais; apesar da Fundação Educar estar associada à substituição do Mobral ela teve seu reconhecimento através dos planos que diferenciavam o ensino:

Na década de 90, com a chegada do governo Collor, para a surpresa da população, a Fundação Educar foi extinta, surgindo o PNAC (Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania) que durou somente no ano de 1990 e neste mesmo momento foi realizada na Tailândia a Conferência Mundial sobre a Educação para Todos, Ano Nacional da Alfabetização. Dando continuidade na tentativa de erradicar o analfabetismo, em 1996 a LDBEN estabelece que algumas mudanças na EJA, na época chamada como supletivo:

[...] a Lei nº. 9.394, em seu artigo 38 faz referência aos cursos e exames supletivos e, assim, continua a ideia da suplência, de compensação e de correção de escolaridade. A redução das idades mínimas de 18 para 15 anos para o ensino fundamental e

de 21 para 18 anos para o ensino médio[...] " (RUMMERT E VENTURA, 2007, p. 44).

Com uma proporção maior após a regulamentação da modalidade na LDBEN, a EJA passa a ser mundialmente conhecida e o nosso país começa a realizar os ENEJAS (Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos).

O programa seguinte foi o Programa de Alfabetização Solidária, criado em 1997, no mandato presidencial de Fernando Henrique Cardoso o programa de alfabetização solidaria (PAS) tem parcerias formadas com o Ministério da Educação (MEC), conselho da comunidade solidária, universidades, empresas e prefeituras, e procuram alfabetizar jovens com idade média de 12 a 18 anos, (aceitando também adultos) nas cidades onde o índice de analfabetismo é maior segundo os dados do IBGE. Nesta parceria as igrejas e escolas municipais cedem o espaço e materiais como o giz e lousa para a aplicação das aulas, as empresas parceiras dão o apoio financeiro necessário e o MEC é o responsável pela distribuição dos livros utilizados. Atualmente o projeto não possui vínculo governamental e mudou o seu nome para AlfaSol (MENEZES E SANTOS, 2001).

Já o programa Brasil alfabetizado surgiu em 2003, no mandato do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, e visa contribuir para a alfabetização dos jovens acima de 15 anos, adultos e idosos estendendo que a educação é um direito humano para a sua interação com a sociedade; o programa é extensivo a todo o território nacional, mas a maior concentração de analfabetismo concentra-se na região nordeste.

Para atuar como alfabetizador do programa é preferível que sejam professores de educação básica da rede municipal, mas qualquer cidadão com nível médio completo pode aderir ao programa e tornar-se um alfabetizador mediante a preparação e formação adequada, os atuantes desse projeto recebem uma bolsa – auxílio para trabalhar na alfabetização dos jovens e adultos conforme a quantidade de turmas e local de trabalho. O programa continua vigente até o momento e há perspectivas de ampliação (HADDAD E PIERRO, 2000).

2.2 O ALUNADO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A finalidade da Educação de Jovens e Adultos é proporcionar ao público-alvo a possibilidade de retomar os estudos que não foram concluídos em tempo regular, ou até mesmo dar início à escolarização daqueles que não tiveram oportunidade.

Dentre os motivos que envolvem a falta de acesso ou abandono da fase de escolarização, destacam-se: distância entre a escola e residência de alunos que moram em zona rural, dificuldades em conciliar trabalho e escola o que leva a priorização do próprio sustento, gravidez, falta de interesse nas atividades e conteúdo, repetências.

Neste sentido, conforme evidenciado por Ribeiro (2004, p.07), a diversidade é a característica principal da EJA, visto que trata-se de um público misto, com diferentes idades, diferentes experiências de vida, diferentes bagagens culturais .

Já os estudos de Friedrich Macário (2013), evidenciam que a maior parte do público é composto por alunos provenientes de áreas rurais, com pais também analfabetos, buscando oportunidades de trabalho e melhorias em suas vidas. O referido autor complementa:

[...] O fato de serem excluídos da escola os coloca à margem do mercado de trabalho pela sua condição de não escolarizado e, também, pertencente a determinados grupos culturais com singularidades marcantes. O migrante constitui uma grande parte desse público e, pelo fato de ser migrante, não concluiu sua trajetória escolar. [...]. (MACÁRIO,2013, p.10).

No entanto, ao chegarem às grandes metrópoles, compreenderam a necessidade da escolarização para obterem uma boa oportunidade. Neste contexto, surge à procura por escolas, especialmente as noturnas. Neste sentido, Gadotti (2008, p.31) ressalta-se que:

Os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. Para definir a especificidade de EJA, a escola não pode esquecer que o jovem e adulto analfabeto é fundamentalmente um trabalhador – às vezes em condição de subemprego ou mesmo desemprego [...]

Há também mulheres que são mães e dependem de terceiros no cuidado com os filhos enquanto vão à escola, trabalhadores exaustos após longas jornadas de trabalho, adultos envergonhados pelo pouco conhecimento, jovens mais interessados no diploma de conclusão do que necessariamente na aquisição de conhecimentos, entre tantas outras situações que tornam a escolarização na Educação de Jovens e Adultos um processo complexo (OLIVEIRA, 2007).

Freire (1994) caracteriza o este público como oprimido "pois embora os motivos da falta de acesso aos estudos podem não ser os mesmos, todos possuem uma vida pautada pela exclusão de oportunidades, e compõem um meio onde a pobreza e exclusão social predominam. Independentemente de suas histórias, o que todos estes indivíduos têm em comum após inúmeras dificuldades pela falta de escolarização, é a

compreensão da importância do acesso ao conhecimento e, paralelamente, a dificuldade em retornarem ou iniciarem àescolarização.

Desta forma, ao efetivarem a matrícula, cientes de que os estudos ampliarão as oportunidades em suas vidas, encontram obstáculos voltados ao cansaço para conciliarem estudos com trabalho, outras responsabilidades familiares e, principalmente, a falta de identificação com as abordagens pedagógicas.

Soares (2008) explica que retomar os estudos exige muito mais dedicação do que quando a escolarização acontece na idade regular, isto porque o indivíduo possui outros afazeres e se esforça muito para chegar à sala de aula, no entanto, quando não se identificam com as atividades, tendem a ficar desmotivados além de serem tomados pelo sentido de incapacidade.

É importante ressaltar que para que o aluno dê continuidade à escolarização e conclua os estudos com êxito, é preciso que cada conteúdo faça sentido em sua vida, sendo útil na vida cotidiana. No ensino regular já é comum encontrar alunos que afirmam que nunca usarão determinado conhecimento trabalhado em sala de aula. Na Educação de Jovens e Adultos, não há tempo a perder, os alunos querem transformações em suas vidas a partir de conhecimentos que sejam aplicáveis e transcendam os muros da escola.

2.3 TRABALHANDO COM O LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

É importante compreender que as práticas que envolvem a Educação de Jovens e Adultos devem ser revistas visando à diminuição da evasão e a efetividade da proposta. Conforme evidenciado no capítulo anterior, as causas que fazem com que os alunos não frequentem a escola no período regular são variadas. No entanto, em determinados momentos, muitos retornam buscando melhorias em suas vidas e há um novo obstáculo: a permanência.

De acordo com Faria (2004), após longas jornadas de trabalho, conciliação de inúmeras atividades e dificuldades de acesso, transporte, entre outros, grande parte do público chega exausto a escola e precisa encontrar na escola uma grande motivação para dar sequência, caso contrário, acabam desistindo.

Neste contexto, muitos alunos desistem por não se sentirem contemplados com os conteúdos e atividades, bem como por não estarem suficientemente motivados para superarem o cansaço após o dia de trabalho ou até mesmo a ausência de seus lares em prol dos estudos. Sendo assim, este capítulo visa apresentar as práticas tradicionais de ensino, especificamente no campo da alfabetização, que apresentam propostas mecanicistas, e as novas perspectivas para o atendimento desta demanda através das práticas de letramento.

A alfabetização é um método de decodificação das palavras e das habilidades de leitura e escrita, que deve contemplar um processo de aprendizagem e não somente a tradução do oral para o escrito e vice-versa, visto que é preciso que o aluno estabeleça relação de intimidade com a leitura como à compreensão e expressão do que se leu (SOARES, 2008).

No entanto, os métodos comumente usados são defasados, visto que muitos docentes não estão preparados para atenderem essa demanda, criando alunos que sabem ler e escrever superficialmente, já que não são críticos nem reflexivos a partir de tais ações.

Conforme cita Soares (2008) as práticas tradicionais são muito superficiais e trabalham apenas a decodificação, fragmentando o processo de alfabetização, o que confere uma formação superficial aos alunos.

Dessa forma, aponta-se que a alfabetização necessita do “uso adequado dos materiais didáticos, e uma postura política diante das implicações ideológicas do significado e do papel atribuído á alfabetização.” (SOARES, 2008, p.25).

Sendo assim, há uma nova proposta que visa contemplar essa necessidade de leitura da escrita com a leitura de mundo, unindo então a alfabetização às práticas de letramento. Neste sentido, o letramento apresenta-se na perspectiva de mudança em relação a criar o aluno crítico, reflexivo e inovador. Para Kleiman (2005, p. 14):

O letramento não é um método, mas um envolvimento com o mundo da leitura e da escrita. Não é alfabetização, mas a inclui. Letramento e alfabetização estão associados, sendo que a alfabetização é uma das práticas sociais de uso da escrita da instituição escolar logo tem características específicas diferentes das do letramento, mas é parte integrante dele. A autora ainda considera a alfabetização como prática escolar essencial: ser alfabetizado é poder participar de forma autônoma das muitas práticas de letramento (KLEIMAN, 2005, p.14).

É válido afirmar que essas práticas vão passando por um processo de evolução de acordo com as necessidades sociais, no entanto a alfabetização e letramento são processos indissociáveis, porém, diferentes, visto que uma pessoa pode ser letrada, mas não necessariamente alfabetizada. O letramento social no contexto da leitura da necessidade diária é diferente do letramento escolarizado que é voltado ao objeto peda-

gógico. A escola ainda se apresenta como ambiente propulsor da leitura e da escrita, mas não garante uma participação efetiva do uso da leitura e da escrita no contexto social (FARIA, 2004).

Segundo Soares (2008), a bagagem que o aluno carrega quando chega na fase escolar faz parte desse processo de letramento, por exemplo, o aluno possui uma memória visual das leituras externas: outdoores, logotipos, marcas famosas, etc, desta forma, pode-se trabalhar a relação da grafia com o conhecimento de mundo que ela carrega. Assim também esse tipo de relação pode ser aplicado na alfabetização e letramento dos adultos como um novo modelo de proposta pedagógica, então ressalta-se que:

[...] os alunos devem alfabetizar-se quanto às suas próprias histórias, a experiências e á cultura de seu meio ambiente imediato. Por outro lado, devem também apropriar-se dos códigos e culturas das esferas dominantes, de modo que possam transcender a seu próprio meio ambiente. [...]" (FREIRE, MACEDO, 2011, p.79).

O letramento é um conceito que se refere aos usos da língua escrita não somente no ambiente escolar, mas em todo lugar. Dessa forma, quando o aluno é ensinado a ler e escrever, ele deve ser ensinado prioritariamente a exercer as práticas do letramento na sociedade, estando então, em processo de letramento constante (KLEIMAN, 2005).

Freire (2009) defende que o uso de cartilhas é ultrapassado e os alunos da EJA devem aprender através de palavras geradoras que são palavras do cotidiano, da cultura e da vivência, ou seja, do contexto social onde estão inseridos. Como exemplo, Soares (2008), em seus estudos, exemplifica as palavras geradoras dos alunos que vivem no Rio de Janeiro, sendo estas: favela, comida, batuque e salário. Por intermédio da inserção do contexto social do aluno às práticas de ensino, a alfabetização acontece de maneira efetiva, visto que o processo é muito mais amplo que a decodificação, já que as conexões entre objeto de estudo e vida cotidiana são estabelecidas.

Neste sentido, Soares (2008, p. 89) complementa: quando o aluno se identifica com o objeto de estudo e entendo o seu uso fora da escola, passa a compreender e desejar ter acesso ao conhecimento . O Professor da EJA deve investigar a preferência do seu alunado, para que possa trabalhar com gêneros mais próximos da sua realidade, por exemplo, se é uma escola de zona rural as músicas sertanejas são atrativas para se explorar (SOARES, 2008).

Já no caso de alunos de zonas periféricas, o rap possui imensa contribuição para a criticidade e visão do sistema, problemáticas das favelas e até mesmo incentivo à realização de sonhos.

Dessa forma, os textos com palavras desconhecidas podem ser substituídos por revistas, jornais, receitas, cartas, entre outros. No entanto, é importante ressaltar que a ideia não é limitar o aluno a um tipo de conhecimento, e sim partir da linguagem familiar para sensibilizá-lo para a aprendizagem.

Dessa forma, conforme o aluno vai construindo conhecimento, novas linguagens e conteúdos são apresentados. Soares (2008) corrobora mostrando que a partir do momento que os alunos já possuem intimidade com a leitura e escrita parte-se para a apresentação de outros gêneros literários, construindo assim o interesse por leitura de jornais, livros, poemas, literaturas e outros, pois partir de um gênero textual mais complexo desestimula o aprendiz por não ter domínio e compreensão do que se lê, é por isso que as ideias freirianas vão de encontro com essa metodologia de letramento.

Segundo Silva e Souza (2015) o professor tem que se preocupar em fazer toda a preparação da aula para que a mesma seja explorada e observada pelos alunos. Assim, deve-se fazer uma sondagem e ter um olhar diferenciado para cada aluno, levando em conta o amplo conhecimento de vida que cada um traz.

O professor também deve transferir o conteúdo, em todas as suas modalidades, de forma clara, proporcionando fácil entendimento, para que o aluno absorva e entenda o que está sendo apresentado a ele, fazendo com que ele passe a ser mais crítico aos acontecimentos a sua volta. Soares (2008) cita que é fundamental que o professor conheça verdadeiramente seu público para utilizar da mesma linguagem, com o objetivo de sensibilizá-los ao conhecimento.

De acordo com Freire apud Silva e Souza (2015), no que diz a respeito ao assunto da identidade cultural do indivíduo, em que ele busca a estrutura para se concretizar, através do conhecimento e da expectativa, trocando informações dentro da sala de aula, o cidadão, tem seus direitos adquiridos na sociedade, buscando encontrar melhorias de vida.

Nota-se que apesar das práticas educativas serem eficazes para construir um alunado alfabetizado e letrado, ainda é comum abordarem uma leitura utilitarista, ou seja, que formam cidadãos para atender a demanda do mercado de trabalho. Neste caso, o ensino é mecanicista e não prioriza a cultura e vivência do aluno como fator importante da construção do "eu" de cada um, tornando-os analfabetos funcionais, que aprendem superficialmente e reproduzem informações sem criticidade, pois não assimilaram verdadeiramente, apenas agiram como receptores para integrarem a socieda-

de industrializada (FREIRE, MACEDO, 2011, p.178).

Para que as propostas sejam efetivadas é necessário que os professores que são transmissores do conhecimento passem a colocar essas práticas em sala de aula sem menosprezar as peculiaridades do alunado desse segmento, pois o professor necessita de uma postura diferenciada diante a sala, um olhar mais carinhoso e humilde para suprir as necessidades da demanda (PEDRALLI E RIZZATI,2013).

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa possibilitou perceber que as tentativas de erradicação do analfabetismo foram longas e muitas vezes censuradas por questões políticas, evidenciando que desde a década de 60, entendia-se que o acesso ao conhecimento tende a ser transformador, tornando os indivíduos autores de sua própria história, o que representava uma afronta para o governo repressor da época.

Dentre as práticas que representam uma grande mudança neste cenário, destaca-se o letramento, justamente por considerar o contexto social do aluno para introduzi-lo ao conhecimento, utilizando de situações cotidianas para que assimile e veja sentido na aprendizagem, já que os conhecimentos se tornam palpáveis e transcendem os muros da escola.

As obras estudadas ao longo da pesquisa indicam que é preciso trabalhar em prol de tornar os alunos críticos, reflexivos e com visão de mundo, transformando suas vidas através do bem mais poderoso: o acesso ao conhecimento.

Entende-se que ao considerar que as práticas de ensino devem ser revistas e trabalhar o aluno em sua totalidade, não limitando-o somente a um ensino mecanizado. Dessa forma, é importante ressaltar que os professores precisam de formação adequada para trabalharem a amplitude do processo educativo na Educação de Jovens e Adultos.

Hoje sabe-se que a alfabetização vai muito além de saber escrever pequenos textos e ler algumas frases: é preciso formar cidadãos críticos, reflexivos e com visão de mundo, que sejam transformados pelo acesso à educação e obtenham êxito em suas conquistas, mudando a realidade daqueles que foram excluídos pela sociedade ao longo da história.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Educação para jovens e adultos. 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/proposta%20curricular/. Acesso em 18 de novembro de 2023.

FARIA, A. F. Identificando os sujeitos da educação de jovens e adultos no município de Presidente Prudente-SP. 2004. Disponível em: http://forumeja.org.br/gt18/node/4545. em Acesso em 20 de novembro de 2023.

FREIRE, P. Educação dialógica e diálogo. In: _____. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1994.

FREIRE, P. A importância do ato de ler: em três artigos. 23.ed. São Paulo: Cortez 2009.

FREIRE, P.; MACEDO, D. Alfabetização: Leitura do Mundo, leitura da palavra. Staº Ifigênia: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, M. Educação de Jovens e adultos: Correntes e tendências. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

HADDAD, S. Novas perspectivas para a EJA. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07 . Acesso em: 07 de novembro de 2023.

HADDAD, S; PIERRO, M.C. Escolarização de Jovens e Adultos. Revista Educação. São Paulo, n. 14, 11 ed, 2000.

KLEIMAN, A. B. (org). Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, Mercado das Letras, 2005.

MACÁRIO, R. O aluno da EJA e o ensino na escolar: perspectivas de inclusão social. II Congresso Internacional de Educação Inclusiva, 2016.

MACHADO, V; MARQUES, A.F. A Trajetória do Movimento de Educação de Base. Revista Unisal. São Paulo: Americana, n.33, 2015.

MENEZES, E.T; SANTOS, T.H. Verbete Alfabetização Solidária. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrasil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: http://www.educabrasil.com.br/alfabetizacao-solidaria/ . Acesso em: 18 de novembro de 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Resolução CNE/CBE nº1 de 5 de julho de 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf/. Acesso em: 18 de novembro de 2023.

OLIVEIRA, M. A educação de jovens e adultos. 7. Ed. Curitiba: IBPEX, 2007.

PEDRALLI, R; RIZZATI, M. Evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos: problematizando o fenômeno com enfoque na cultura escrita. Belo Horizonte: RBLA, 2013.

RIBEIRO, V. Uma nova EJA para São Paulo. Secretaria Municipal de São Paulo: 2004. Disponível em: http://www.bdae.org.

br:8080/bitstream/123456789/2310/1/perfil_eja.pdf. Acesso em: 22 de novembro de 2023.

RUMMERT, S. M.; VENTURA, J. P. Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re) construção da subalternidade: considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola. Educar em Revista, Curitiba, n. 29, 2007.

SANTOS, A. O aluno e o processo de aprendizagem. 4. ed. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

SILVA, G; A, SOUZA, A. As Práticas Educativas na Educação de Jovens e Adultos. 2015. Disponível em: http://www.pedagogia.com.br/artigos/as_praticas_educativas/ . Acesso em: 12 de novembro de 2023.

SOARES, M. O conceito de letramento. 8. ed. São Paulo. Cortez, 2008.

SOUZA, M. A. Educação de jovens e adultos. Curitiba: Intersaberes, 2012.